

QUALIDADE DE VIDA URBANA: O QUE ISSO SIGNIFICA? COMO MENSURAR? ¹

Iracema Generoso de Abreu Bhering²
Fernanda Borges de Moraes³

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2019v26n38p235

Resumo

A cidade do século XX tem como principal fato gerador as demandas do capital. Entretanto, a partir de sua expansão e adensamento, constata-se atualmente que, ironicamente, mesmo para o sistema produtivo, as cidades, tais como estão, representam um empecilho ao máximo rendimento do capital, levando-nos a crer que as cidades felizes talvez sejam melhores para as pessoas e, inclusive, para o sistema produtivo. Este artigo explicita propostas metodológicas para avaliação qualitativa da qualidade de vida, com base em indicadores de fatores censitários, públicos e questionários específicos.

235

1. Este artigo toma por base investigação no doutoramento de Iracema Generoso de Abreu Bhering, no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG do NPGAU da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação de Fernanda Borges de Moraes.

2. Arquiteta pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG, doutoranda do NPGAU - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG. Professora do Departamento de Arquitetura da PUC Minas. Email: irabhering@gmail.com

3. Arquiteta pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Mestre em Geografia pela UFMG e Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo.

Palavras-chave: Qualidade de vida urbana. Urbanização. Paisagem urbana.

QUALITY OF URBAN LIFE: WHAT DOES THIS MEAN? HOW TO MEASURE?

Abstract

The twentieth century city has as its main generating factor the demands of capital. However, since its expansion and consolidation, it is nowadays found that, ironically, even for the productive system, cities, as they are, represent an obstacle to the maximum income of capital, what makes one believe that happy cities might be better for people and even for the productive system. This article explains methodological proposals for the qualitative evaluation of the quality of life, based on indicators of census factors, public and coming from specific questionnaires.

Keywords: Quality of urban life. Urbanization Urban landscape.

CALIDAD DE VIDA URBANA: ¿QUÉ ES SIGNIFICA? CÓMO MANTENER?

Resumen

La ciudad del siglo XX tiene como principal hecho generador las demandas del capital. Sin embargo, a partir de su expansión y adensamiento, se constata actualmente que, irónicamente, incluso para el sistema productivo, las ciudades, tal como están, representan un obstáculo al máximo rendimiento del capital, llevándonos a creer que las ciudades felices tal vez sean mejores para las personas e incluso para el sistema productivo. Este artículo explicita propuestas metodológicas para evaluación cualitativa de la calidad de vida, con bases en indicadores de factores censales, públicos y provenientes de cuestionarios específicos.

Palabras-claves: Calidad de vida urbana Urbanización. Paisaje urbano.

Introdução

Segundo Aristóteles, “uma cidade deve ser construída de modo a proporcionar a seus habitantes segurança e felicidade”. Por que, então, não o fazem? As respostas são diversas e vão desde as questões econômicas às absolutamente pessoais, como o sentimento de insegurança. Entretanto, indiscutivelmente, a impossibilidade de interação com o espaço se afigura como uma das principais causas. Se a paisagem é, segundo Del Rio (1992), “o cenário que nos rodeia, que molda a história, participa e conforma o nosso cotidiano,” como se relacionar com uma paisagem na qual é impossível se reconhecer? Geralmente, muito desconfortável.

238

Essa sensação de desconforto em relação ao espaço urbano é uma constante na sociedade atual e parte dela, a princípio, decorre do tipo de paisagem com a qual se é obrigado a conviver. Vê-se, atualmente, uma dissociação tão grande entre o habitante e sua cidade que esta se torna objeto de desprezo, rompendo-se, então, a percepção de que se trata de uma casa coletiva. Resta, dessa forma, a compreensão de velhos paradigmas, assim como a construção de novos, a fim de que a nossa casa coletiva seja reconstruída.

Há pouco tempo, a tentativa de se construir novos paradigmas poderia soar como mais uma das utopias urbanas

gestadas em tempos diferentes da história. Entretanto, nos tempos atuais, algumas premissas que não eram levadas em conta na construção das cidades. Por exemplo, o meio ambiente e a vida coletiva emergem com um peso fenomenal nas decisões a serem tomadas na geração dos novos espaços urbanos e na gestão dos já consolidados.

Podem-se aqui avaliar algumas questões que remetem diretamente à geração da paisagem, justificando-se, assim, a necessidade de criação desses novos parâmetros. Quatro deles são levados em conta primordialmente: o nível de urbanização que se encontra agora; a urbanização dispersa; a necessidade de se mensurar para administrar; e a tendência mundial de se reassociar, de maneira mais contundente, o planejamento ao desenho urbano e, conseqüentemente, à paisagem gerada.

O nível de urbanização do Brasil está aqui sendo utilizado como o percentual de população urbana no país. Neste momento, há em torno de 84% (oitenta e quatro por cento)⁴ de pessoas vivendo em áreas urbanas, ou seja, é muito pouco provável que seja preciso construir novas cidades. Requalificá-las, entretanto, é essencial. Os parâmetros legais sempre se centram na construção e não na requalificação, como se a cidade fosse eternamen-

4. Desse número, mais de 40% (quarenta por cento) se localizam nas regiões metropolitanas.

te uma folha em branco a ser desenhada e, raramente, como uma página parcialmente escrita a ser completada. Seguindo essa linha de raciocínio, a legislação – e não se pode esquecer aqui que a legislação deve ser o resultado de consensos sociais, amplamente discutida com a sociedade – precisa responder tanto à cidade que se quer construir, quanto àquela que se quer requalificar.

O segundo desses parâmetros, a urbanização dispersa, está sendo estudado por inúmeros autores por ser um fenômeno mundial, relativamente recente (pós a Segunda Guerra Mundial, na maioria dos países industrializados e, na década de 1970, no Brasil) e que determina a modificação das formas urbanas tradicionais de urbanização. Apesar das inúmeras novas configurações que aparentemente esse tipo de urbanização possa determinar (são consideradas essas novas morfologias os condomínios fechados e favelas no entorno das estradas, assim como resorts e hotéis em áreas de preservação ambiental, por exemplo), Limonad (2007) alerta:

Não há como generalizar e ver todos os movimentos descritos como uma mesma coisa. Porém, muito embora sejam diversos, esses movimentos partilham, além de uma tendência a intensificação da urbanização além dos limites do marco construído da cidade, uma crescente voracidade de consumo do espaço socialmente produzido e dos recursos naturais (LIMONAD, p. 40, 2007).

Especificamente no Brasil, segundo Goulart (referência), a concentração da população brasileira vem ocorrendo em um número reduzido de núcleos metropolitanos nas últimas décadas, assim como em cidades de porte médio e outros 50 (cinquenta) pólos em áreas metropolitanas e não metropolitanas. Entretanto, paradoxalmente, houve dispersão no espaço intraurbano. “Houve um esgarçamento do tecido urbano”⁵, além de mudança nas formas urbanas que resultaram da extensificação, intensificação e fragmentação da urbanização, e o abandono das áreas centrais.

Tais processos e as novas morfologias urbanas deles decorrentes transcendem a questão da própria forma, enquanto um dos símbolos de interação de escalas diferentes, tanto territoriais quanto sociais. Para elas se exige uma nova solução, ainda que algumas apareçam

de início como sintomas de problemas a serem combatidos em defesa do ambiente natural, ou ainda como um meio de otimizar investimentos e poupar recursos financeiros de modo a garantir o desenvolvimento sustentável da cidade e, last but not least, garantir a segurança dos cidadãos. A dúvida que surge, e permanece, é se essas formas de urbanização dispersa são problemas a serem sanados, por serem desvio nos padrões

5. (CASTRO, 2009) – Entrevista realizada por CASTRO no site Agência FAPESP com Nestor Goulart Reis (autor da frase).

conhecidos e consagrados de crescimento urbano, ou trata-se de uma nova qualidade, de um tipo diferenciado de desenvolvimento urbano? (LIMONAD, p. 42, 2007)

O terceiro parâmetro remete-se a uma fala de Jon Hall, coordenador do Projeto Global da OCED – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, para mensuração do progresso das sociedades. Segundo ele, se você não puder medir você não pode administrar pessoas, progresso e persuasão. Em um artigo com o mesmo título ele discute a importância dos indicadores estatísticos para a nossa sociedade, já que a única maneira de se saber sobre o sucesso e o desempenho de uma dada política seria medi-la.

242

Fazendo a transposição dessas medições feitas por indicadores estatísticos para medidas estipuladas por parâmetros urbanísticos, fica claro que parametrizar e mensurar é necessário, mesmo em questões aparentemente subjetivas relativas ao espaço urbano, desde que se tenha claro o objetivo a ser alcançado. Ao se intuir que as cidades dos homens felizes são socialmente justas, ambientalmente equilibradas e apropriáveis, tem-se o início do pensar sobre a construção desses parâmetros.

O último parâmetro remete-se à territorialização do planejamento: ele passa da representação de uma mancha hipotética para um efetivo estudo do lugar, partindo do princípio que as vocações físico-territoriais (geomorfia,

declividades, pedologia⁶, por exemplo) devem também ser levadas em conta.

Esses quatro pontos, discutidos à luz da ocupação do território, constituem as premissas de nossa discussão.

A cidade e a sua paisagem

A ocupação do território e, portanto, a paisagem e a forma urbana dela decorrentes são, via de regra, produzidas por ações diversas, por vezes aleatórias. Na cidade formal também fazem esse papel a Lei (regulamentação sem intenção de projeto), os planos de massa específicos para lugares determinados, a reprodução e adoção de modelos considerados mais avançados e atraentes e, raramente, paradigmas culturais de vivência do espaço. Como consequência, muitas vezes são criadas paisagens dissociadas do clima, do relevo e das tradições locais, principalmente se for considerada tão somente a regulamentação legal (os parâmetros urbanísticos) que configura e gera qualquer paisagem, sem especificidade e sem referência.

A legislação exerce papel político e técnico, orientando o crescimento urbano pela mediação dos interesses públicos e privados sobre o solo urbano e controlando o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação das cidades. En-

6. A Pedologia, parte da Ciência do Solo, trata de estudos relacionados com a identificação, a formação, a classificação e o mapeamento dos solos.

tretanto, o descompasso existente entre dinâmica urbana e norma jurídica aparece de maneira sistemática. Os parâmetros urbanísticos balizadores do modelo de ocupação têm funcionado como fatores indutores ou restritivos do adensamento e da transformação de função, controlando e compatibilizando usos diversos. Cabe destacar que os parâmetros aqui considerados são os habitualmente utilizados na legislação urbanística: coeficiente de aproveitamento, taxa de ocupação, cota de terreno por unidade habitacional, taxa de permeabilidade e altura máxima na divisa, altura máxima da edificação, além dos afastamentos e demais parâmetros utilizados para parcelamento do solo urbano (tamanho máximo e mínimo dos lotes, percentagem de áreas para instalação de equipamentos urbanos e comunitários, sistema de circulação e espaços livres de uso público, largura e declividade de vias, etc.).

Diversos autores apontam o zoneamento – ou seja, o conjunto de normas urbanísticas de disciplinamento do uso e ocupação do solo a partir do estabelecimento de zonas específicas – como uma vertente descolada do planejamento, quando simplesmente referenda tendências existentes do crescimento espontâneo e expectativas do mercado imobiliário. O objetivo do zoneamento e seus parâmetros é normatizar a produção do espaço, e, conse-

6. Para esta pesquisa foram consultados os seguintes trabalhos em análise de projetos desenvolvidas por: Moore (1994); Clark e Pause (1997); Leupen et al. (1997); Altarelli et al. 1997); Baker (1998); Ching (2002); Unwin (2013).

quentemente, do projeto urbano, tanto no espaço público quanto no privado. Apesar disso, a democratização e qualificação do espaço coletivo não fazem parte dos seus objetivos diretos.

Os parâmetros urbanísticos e regras legais são extremamente necessários no Brasil, principalmente pelo fato de, tradicionalmente, o processo de desenho do traçado da cidade ser dissociado da produção dos seus edifícios e de que a mudança da paisagem, determinada principalmente pelo valor de troca embutido nos terrenos urbanos, demanda parâmetros de fácil utilização. Contudo, é necessário destacar que "muito da história recente do desenho urbano teve a ver com o problema de desenhar cidades sem desenhar edifícios" (BARNETT, p. 13, 1982). Entende-se, hoje, que não é possível continuar a gerar espaços utilizando-se desses tipos de parâmetros, seja pela sua generalização e alcance relativo, seja, sobretudo, pelo grau da qualidade espacial da cidade que disso resulta.

Como, então, poder-se-ia formular os novos parâmetros de geração da paisagem dentro da prática brasileira de formação de cidades e quais eles seriam, de modo que contemplassem a formação de ambiências urbanas propícias à apropriação do espaço, (re)associando o homem à sua casa coletiva? Aparentemente a resposta pode parecer simples: planos de massa, por exemplo, como anteriormente mencionado. Entretanto, a dinâmica de mu-

dança dos espaços faz com que eles sejam inviáveis em áreas muito específicas.

Há que se pensar em uma nova maneira de configurar espaços urbanos dentro das especificidades do processo de urbanização brasileiro. A necessidade de uma resposta a tais questionamentos e de se construir um novo paradigma de geração de paisagem em prol de uma cidade mais apropriável e que proporcione segurança e felicidade é, em última instância, rediscutir o significado contemporâneo de qualidade de vida urbana.

O que é qualidade de vida?

246

A prática habitual do planejamento, do desenho urbano e, conseqüentemente, da paisagem gerada, se utiliza, normalmente, de paradigmas fortemente associados a conceitos facilmente mensuráveis, como produção, crescimento e renda. A concepção da cidade, enquanto teatro de acumulação e centro de difusão sempre orientou os projetos urbanos em direção a questões funcionalistas ligadas precipuamente à produção.

Historicamente falando sobre esses paradigmas orientadores do planejamento urbano e regional, pode-se retroceder aos primeiros planos do século XIX e 1ª metade do século XX. O objetivo era o controle e estruturação da

expansão das cidades – planos de ampliação de cidades⁷ com ênfase no desenho do traçado e nas formas de ocupação, pressupondo qualidade de vida associada ao ordenamento territorial, assim como nas ações planejadas do Estado na economia e na sociedade, objetivando a reorganização e a recuperação econômica de vastas regiões⁸.

Não é de se estranhar, então, que a mensuração do desenvolvimento e do progresso tenha sido feita, em anos pretéritos pela mensuração do Produto Interno Bruto (PIB). Esse indicador, simples e poderoso, tornou-se a medida do bom desempenho da sociedade, influenciando largamente as opções físico-territoriais levadas em conta na construção das nossas cidades. Entretanto, a equivalência do crescimento econômico ao desenvolvimento da sociedade a partir do crescimento do PIB e do rendimento per capita incorpora um equívoco fundamental. Segundo Zencey (2009, p. x), “o problema básico é que o PIB mede a atividade, e não o benefício”. De acordo com este autor, centrar esforços em políticas cujo principal propósito seja aumentar o PIB a título de bem-estar econômico seria uma “falácia de concretude

7. Planos de Barcelona, Bolonha e Belo Horizonte, por exemplo.

8. São exemplos desse fato a Rússia pós 1917 e Vale do Mississippi nos Estados Unidos na década de 1930. Considera-se que a consolidação do planejamento urbano aconteça no pós-segunda guerra mundial, a partir das demandas de reconstrução das cidades e de reestruturação econômica e social de regiões, fortemente vinculadas à concepção funcionalista moderna de cidade.

deslocada”

Quando você está sentindo frio na sua sala de estar, você não acende um fósforo e o coloca debaixo de um termômetro, para em seguida alegar que a sala esquentou. Mas é isso que fazemos quando buscamos melhorar o nosso bem-estar econômico pela estimulação do PIB (ZENCEY, 2009, p. X).

Entretanto, foram necessários muitos anos para que se dissociasse o bem-estar (qualidade de vida) e o desenvolvimento humano desse indicador de atividade do mercado.

248

cados dois artigos científicos em congressos, apresentando os resultados parciais obtidos (PRADO; TAGLIARI, 2018a, 2018b). Este texto apresenta uma síntese da pesquisa finalizada em fevereiro de 2019, focando a análise do conjunto das seis residências. A contribuição original reside no objeto ainda não explorado em outras pesquisas, a metodologia adotada e o objetivo proposto.

Indicadores de Qualidade de Vida

Nas últimas décadas, alguns estudos sobre felicidade humana extrapolaram a perspectiva religiosa e se tornaram temas afeitos à produção científica. Dois estudos são dignos de nota por paradigmáticos: o de John F. Helliwell, economista da Universidade da Colúmbia Britânica no

Canadá, e o da ciência da hedônica, palavra cunhada por Daniel Kahneman, psicólogo ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2002. O primeiro associa o bem-estar à eficiência das instituições sociais e políticas, baixa corrupção e confiança mútua e não à riqueza do país. O segundo assevera que até um certo limite, o ganho material humano pode trazer felicidade, mas, depois de atendidas as demandas básicas dos seres humanos, o aporte de mais renda não mais se associa à conquista da felicidade, o que sugere que a alma demanda aspectos não contabilizáveis para ser feliz (ANDREWS, 2011).

Dentre estes novos indicadores, no que tange ao mundo ocidental, destacam-se o Felicidade Interna Bruta (FIB), criado em 1972, no Butão, pelo rei Jigme Singye Wangchuck. As dimensões a serem avaliadas pelo FIB deixam claro que o desenvolvimento humano só é possível a partir do desenvolvimento material e espiritual, feitos de forma concomitante. São elas:

1. Bem-Estar psicológico: avalia o grau de satisfação e de otimismo que cada indivíduo tem em relação à sua própria vida. Os indicadores incluem a prevalência de taxas de emoção tanto positivas quanto negativas e analisam autoestima, sensação de competência, estresse e atividades espirituais.
2. Saúde: mede a eficácia das políticas de saúde, invalidez, padrões de comportamento arriscados, exercício, sono, nutrição, etc.

3. Uso do tempo: uso do tempo é um dos mais significativos fatores na qualidade de vida, especialmente o tempo para lazer e socialização com família e amigos. A gestão equilibrada do tempo é avaliada, incluindo tempo no trânsito, no trabalho, nas atividades educacionais, etc.

4. Vitalidade comunitária: foca nos relacionamentos e interações nas comunidades. Examina o nível de confiança, a sensação de pertencimento, a vitalidade dos relacionamentos afetivos, a segurança em casa e na comunidade, a prática de doação e de voluntariado.

5. Meio ambiente: mede a percepção do cidadão quanto à qualidade da água, do ar, do solo, e da biodiversidade. Os indicadores incluem acesso a áreas verdes, sistema de coleta de lixo, etc.

6. Cultura: avalia as tradições locais, festivais, valores nucleares, participação em eventos culturais, oportunidade de desenvolver capacidades artísticas e discriminação associada a religião, raça ou gênero.

7. Educação: leva em conta vários fatores como participação em educação formal e informal, competências, envolvimento na educação dos filhos, valores em educação, educação ambiental, etc.

8. Governança: avalia como a população enxerga o governo, a mídia, o judiciário, o sistema eleitoral e a segurança pública, em termos de responsabilidade, honestidade e transparência. Também mede a cidadania e o envolvimento dos cidadãos com as decisões e processos políticos.

9. Padrão de vida: avalia a renda individual e familiar, a segurança financeira, o nível de dívidas, a qualidade das habitações, etc. (UNITED NATIONS, 2012, p.)

O interessante desse índice é que a economia não é esquecida em nenhum momento. Entende-se que ela é necessária para gerar riquezas que possibilitem alcançar todo o escopo proposto pelos 9 (nove) itens, desde que se avalie, por assim dizer, o seu custo benefício⁹. O que se propõe como mudança é, principalmente, a substituição do consumismo pela economia do suficiente, de modo que se possa produzir sem destruir, de maneira sustentável, por mais desgastado que esteja esse termo. O rebatimento espacial desses indicadores aponta para a necessidade de respeito ao ecossistema e ao seu tempo de recuperação, para a preservação ambiental, a redução da poluição, a criação de espaços públicos que facilitem a apropriação e a vida coletiva e para fatores associados aos serviços públicos que gerem bem-estar, incluindo-se aí as condições de mobilidade¹⁰.

9. É interessante a discussão feita centrada na mineração, que se traduz em lucros imediatos ao custo de perdas milionárias em médio prazo – água e paisagem natural, por exemplo.

10. Segundo Arruda (ARRUDA), “Catherine O’Brien observa que o sistema de transporte “diz respeito não apenas a ‘mover pessoas e bens’, mas também gerar encantamento, descoberta, alegria e felicidade”. Ela mostra como o modo, as distâncias e o efeito do transporte do diário para o trabalho por longas distâncias afetam o tempo disponível, o grau de bem viver e felicidade.

Vale destacar que diversos países como o Canadá, a Inglaterra e a Tailândia, por exemplo, estão fazendo adequações locais e trabalhando políticas públicas considerando o FIB. No Brasil, estudos estão sendo feitos para que se crie o seu índice FIB, uma vez que não há possibilidade de generalização do índice, considerando-se que cada cultura dará pesos diferentes aos componentes de estruturação da felicidade. As cidades brasileiras de Angatuba, Itapetininga e Campinas, no estado de São Paulo, em Bento Gonçalves (Rio Grande do Sul) e em Rajadinha (Distrito Federal) já apresentam algumas experiências nesse sentido.

Apesar da dificuldade de se fazer mensurações subjetivas, a estrutura conceitual do índice FIB possibilita um novo olhar sobre as políticas públicas, uma vez que todas serão mensuradas a partir da sua contribuição para o bem-estar e felicidade humana, tendo, portanto, valor reconhecido e considerado, criando, então, um novo conceito de progresso.¹¹

Um segundo índice, Happy Planet Index (HPI), mensura a capacidade e eficiência em se utilizar dos recursos naturais em prol do bem-estar dos cidadãos. Deveriam

11. Essa fala se remete a Michel Pennok, Diretor do Observatório para Saúde Pública em Vancouver, Canadá e lista esses benefícios em uma palestra proferida na 1ª Conferência Nacional do FIB, SP, em 2008.

ser medidas, segundo a proposta do índice, justiça social, sustentabilidade e qualidade de vida para que se julgasse o nível de progresso de uma sociedade. A sustentabilidade tem peso expressivo na mensuração pois, apesar da quantidade de recursos naturais utilizados não ter relação com a felicidade de uma população, a sensação de catástrofe iminente dada ao uso descontrolado dos recursos naturais não leva tranquilidade a ninguém.

Outros índices necessários para essas ulteriores avaliações – os indicadores sociais – também são considerados com o objetivo de explicitar aspectos de extrema relevância em relação ao bem-estar social não passíveis de serem captados pelos indicadores econômicos. A Organização Mundial de Saúde (OMS), na década de 1990, define qualidade de vida como “a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação a seus objetivos, expectativas padrões e preocupações” (WHOQOL, 1995, p. 1405).

No decorrer da segunda metade do século XX e início do XXI, inúmeras outras questões foram associadas às definições de qualidade de vida. Algumas delas objetivas e mensuráveis, como os parâmetros utilizados para definir o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹² e ou-

12. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) utiliza-se dos indicadores de expectativa de vida ao nascer, educação (anos médios de estudo e anos esperados de escolaridade) e PIB per capita.

tras absolutamente subjetivas e pessoais, como se viu, dando-se aqui como exemplo a definição de qualidade de vida para Dalkey (1973, p.210): “um sentimento pessoal de bem-estar, satisfação ou insatisfação da vida, a sua felicidade ou sua infelicidade”.

Segundo Nahas (2015), essas novas categorias incorporadas ao conceito de qualidade de vida – que vão desde o aporte dos bens de cidadania até o acesso a bens coletivos imateriais e intangíveis, mas nem por isso menos reais – funcionam como a base do conceito da qualidade de vida urbana, sendo este espacialmente localizado e agregando questões como desigualdade social, pobreza, exclusão social, vulnerabilidade social e sustentabilidade. De acordo, ainda, com a mesma autora, as abordagens explicitadas na Figura 1, que apresenta categorias analíticas do conceito de qualidade de vida, são amplamente aceitas pela maioria dos pesquisadores, representando categorias independentes e complementares de análise da qualidade de vida urbana, não excludentes e essenciais para a elaboração de índices avaliadores.



Figura 1 |Categorias analíticas do conceito de qualidade de vida
Fonte: Nahas, 2015, adaptado pelas autoras.

Em que pese a importância da discussão da qualidade de vida urbana, cujo foco é a qualidade de vida que a cidade oferece aos seus cidadãos, o enfoque no indivíduo, dado pelo conceito de qualidade de vida e sua percepção subjetiva do significado do bem-estar, é essencial para a construção de parâmetros que avaliem a paisagem. Entretanto, tanto a abordagem objetiva quanto a subjetiva são igualmente importantes na formulação das políticas públicas e parâmetros urbanísticos que garantam o bem-estar coletivo.

Dentre as metodologias objetivas de avaliação da qualidade de vida urbana, o Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU), medida de acesso espacial a recursos urbanos, é digno de nota (NAHAS, 2015). Este índice avalia a oferta de serviços, equipamentos e outros recursos no espa-

ção intraurbano e a possibilidade de acesso da população a essas ofertas, condição sine qua non de qualidade de vida, pelo menos atualmente, em uma sociedade com características semelhantes à nossa.

Outro índice bastante utilizado atualmente, o Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU)¹³, avalia, segundo cinco itens – mobilidade, condições ambientais urbanas, condições habitacionais, atendimentos de serviços coletivos e infraestrutura –, a dimensão urbana do bem-estar usufruído pelos cidadãos brasileiros, para as quinze principais regiões metropolitanas, considerando os serviços prestados pelo Estado ou por ele subvencionados (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013).

Apesar de constarem desses dois índices alguns itens semelhantes, o que se avalia em relação a eles difere em alguns aspectos relevantes, uma vez que o IQVU (Quadro 1) analisa a existência e a possibilidade de acesso ao equipamento enquanto o IBEU (Quadro 2) avalia a sua efetiva utilização.

13. Índice elaborado pelo Observatório das Metrôpoles, IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, baseado no Censo Demográfico de 2010, disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Variáveis/Pesos	Componentes	Indicadores
HABITAÇÃO (0,18)	Qualidade de Habitação	m ² de área residencial/habitante
		padrão acabamento das moradias
INFRAESTRUTURA URBANA (0,16)	Saneamento	% da UP ¹⁴ com rede de água
		% da UP com rede de esgoto
		% da UP com fornecimento contínuo de água
	Energia Elétrica	% da UP com rede elétrica
		% da UP com iluminação pública
	Telefonia	% da UP com rede telefônica
	Transporte Coletivo	% da UP com pavimentação nas ruas
		Nº de veículos/1000 hab.
Idade média da frota de veículos		
MEIO AMBIENTE (0,06)	Conforto acústico	Ocorrência de ruídos/1000 hab.

257

Quadro 1 | Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte (1994, 1996 e 2000)

Fonte: PBH, 2007 (adaptado pelas autoras).

14. Unidade de planejamento

Dimensões analisadas	Componentes	Crítérios
Mobilidade urbana	deslocamento casa-trabalho	proporção de pessoas ocupadas que trabalham fora do domicílio e retornam para casa diariamente gastando até 1 hora nesse trajeto(tempo adequado)
Condições ambientais urbanas (três indicadores relativos ao entorno dos domicílios)	arborização	proporção de pessoas que moram em domicílios cujo entorno possui arborização
	esgoto a céu aberto	proporção de pessoas que moram em domicílios cujo entorno não existe esgoto a céu aberto
	indicador de lixo acumulado	proporção de pessoas que moram em domicílios que não possuem lixo acumulado no entorno
Condições habitacionais urbanas	aglomerado subnormal ¹⁵	proporção de pessoas da área de ponderação que não mora em aglomerado subnormal (unidade setor censitário)
	indicador de espécie do domicílio	proporção de pessoas em domicílios do tipo casa, casa de vila ou condomínio ou apartamento
	densidade domiciliar	proporção de pessoas que estão em domicílios cuja densidade é considerada

		adequada (2 pessoas por dormitório)
	Densidade domiciliar morador/banheiro	proporção de pessoas que estão em domicílio de até 4 pessoas (proporção adequada)
	indicador de material das paredes	proporção de pessoas que estão em domicílios cujas paredes externas são dos tipos considerados adequados (alvenaria com revestimento ou madeira apropriada para construção).
Atendimento de serviços coletivos urbanos	água	proporção de pessoas que moram em domicílio com essa qualidade de atendimento
	esgoto	proporção de pessoas que moram em domicílio com essa qualidade de atendimento
	energia	proporção de pessoas que moram em domicílio com essa característica
	coleta de lixo	proporção de pessoas que moram em domicílio com coleta adequada de lixo (serviço de coleta ou caçamba)
Infraestrutura urbana	iluminação pública	a face onde se localizam os domicílios ou a face confrontante possui iluminação pública;
	pavimentação	logradouro possui pavimentação (asfalto, cimento, paralelepípedo etc.)
	calçada	calçada na face do logradouro onde se localiza
	meio-fio/guia	possui meiofio/guia na face do logradouro onde se localiza
	bueiro ou boca de lobo	na face ou face confrontante possui bueiro ou boca de lobo
	rampa para cadeirantes	possui rampa de acesso a cadeira de rodas
	logradouros	Logradouro possui identificação

Quadro 2 | Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU)
 Fonte: Ribeiro & Ribeiro, 2013 (adaptado pelas autoras).

15. Segundo o IBGE, um aglomerado subnormal caracteriza-se por ser “um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação dos aglomerados subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios: a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há 10 anos ou menos); e b) Possuírem pelo menos uma das seguintes características: urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou precariedade de serviços públicos essenciais.”(IBGE, 2011, p. 19). Esse recorte territorial compõe um setor censitário especial, ou seja, a desagregação mínima definida administrativamente para que um único recenseador cubra todo o território (setor censitário). Ele é considerado especial por apresentar características tais que se torna necessário um tratamento diferenciado de coleta, assim como as aldeias indígenas e penitenciárias entre outros. É necessário se esclarecer que 51 domicílios subnormais não têm necessariamente de formar um único setor censitário, mas nomearia este setor como subnormal independentemente das características dos outros domicílios.

Inúmeras críticas são feitas a partir dessa definição, sendo a mais recorrente a que pressupõe um número mínimo de 51 domicílios, que pode subestimar ou superestimar amostras: 30 domicílios com características associadas a setores subnormais não será classificado como tal na metodologia do IBGE, por exemplo, assim como 51 domicílios contíguos podem classificar uma área como aglomerado subnormal, mesmo se os demais domicílios não tiverem essas características. Nos dois casos os dados finais seriam mascarados pela inespecificidade. A generalização do conceito também leva a críticas associadas à propriedade e posse da terra e a utilização do termo como sinônimo de favela. É indiscutível que essa generalização pode ser economicamente mais compensadora. Entretanto, em relação aos dados coletados, podem ser geradas caracterizações imprecisas dos lugares.

O Quadro 1 explicita os componentes e os indicadores de análise de diversas variáveis que, muitas vezes, segundo o Quadro 2 correspondem também às do IBEU. Ao serem analisadas, por exemplo, as condições ambientais urbanas (indicador de lixo acumulado, esgoto a céu aberto e arborização, segundo o IBEU) e o meio-ambiente (Conforto acústico, IQVU), pode-se observar que os indicadores do IQVU centram-se no número de reclamações recebidas para cada 1000 habitantes (quando não se tem, então, a qualidade, mas a intensidade do problema), enquanto o IBEU leva em consideração a arborização e a existência de lixo e esgoto a céu aberto no entorno do domicílio. Isso faz com que o cotejamento de ambos os índices seja desejável para uma avaliação mais abrangente das condições ambientais.

Do mesmo modo, o transporte coletivo é avaliado, no IQVU, considerando pavimentação das ruas, idade da frota e número de ônibus por 1000 habitantes, e no IBEU como mobilidade – quantidade de pessoas que demoram menos de uma hora para fazer o trajeto casa – trabalho. Essa segunda avaliação pode ser considerada um avanço em relação à primeira, uma vez que o tempo gasto em um percurso é mais significativo para a qualidade de vida do que os itens analisados pelo IQVU.

Conclusão

O conceito de qualidade de vida, tal como hoje se conhece, foi construído a partir da oposição ao economicismo . Posteriormente, o termo incorporou os aspectos referentes ao bem-estar humano e social e, a partir de novas considerações, principalmente as relativas à debacle perceptível do meio-ambiente, quando o conceito passa a ser mais abrangente, incorporou os aspectos ambientais aos aspectos sociais e econômicos.

Os dois índices, IQVU e IBEU, exploram uma grande parte dos componentes da vida urbana e o bem-estar por ela gerado. Entretanto, variáveis mais subjetivas não foram incorporadas ou consideradas em ambos. As pesquisas de percepção, que podem se utilizar de itens propostos pelo FIB e pelo HPI, ainda que mais complexas, configuram uma alternativa para inclusão, com parametrização da avaliação de variáveis relacionadas à subjetividade, principalmente com a utilização de pesquisas on-line. Ressalva-se, contudo, que apesar do ambiente on-line permitir a participação deliberativa não presencial, ele possui as limitações inerentes à expressiva exclusão digital ainda vigente no Brasil.

As escalas territoriais relativas à utilização desses índices são também parte importante na sua aplicabilidade, uma vez que as ações multiescalares e transescalares

são essenciais para garantir qualidade de vida. Com isso, aponta-se que a qualidade de vida depende não somente das mensurações locais como também de avaliações que transcendem o próprio território avaliado e que serão responsáveis por rebatimentos perniciosos ou extremamente convenientes sobre o lugar em análise.

Referências

ANDREWS, S. **A ciência de ser feliz**; conheça os caminhos práticos que trazem bem-estar e alegria. São Paulo: Ágora, 2011.

ARRUDA, M. (s.d.). As nove dimensões do FIB. Disponível em: Fórum Brasileiro de Economia Solidária: www.fbes.org.br/biblioteca22/arruda_dimensoes_fib.doc. Acesso em 17, agosto, 2015.

BARNETT, J. **An introduction to urban design**. Nova York: Harper and Row, 1982.

CASTRO, F. d. **É preciso entender o Brasil urbano**. Abril de 2009. Disponível em Agência FAPESP: agencia.fapesp.br. Acesso em 15, julho, 2012.

DALKEY N, R. D. The Delphi procedure and rating quality of life factors. **Quality of life concept**. Washington: Environment Protection Agency, 1973. 209-221

HALL, J. **Se você não puder medir, você não pode administrar: pessoas, progresso, persuasão**. Disponível em: <http://www.visaofuturo.org.br>. Acesso em 14, julho, 2016.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Aglomerados subnormais: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/agsn2010.pdf. Acesso em: 15, nov, 2019.

LIMONAD, E. Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana?. São Paulo: **Revista Formação**. V.1, n. 14, 2007.

NAHAS, M. I. Metodologia do Índice de Qualidade de Vida Urbana e suas aplicações. In: _____. **Qualidade de Vida Urbana**; abordagens, indicadores e experiências internacionais. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte**. Disponível em: <portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=iqvu>. Acesso em 06, agosto, 2016.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes (org). **IBEU: índice de bem-estar urbano**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SILVA, M. E. da. **A Economia da Felicidade**. WebArtigos, 2016. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-economia-da-felicidade/133687/>>. Acesso em 25, março, 2016.

UNITED NATIONS. **Bhutan Happiness Wrap**. Nova York, 2012. Disponível em: <http://www.unmultimedia.org/avlibrary/asset/U120/U120329d/>> Acesso em 06, julho, 2016.

WHOQOL Group. The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL); development and general psychometric properties. **Soc Sci Med**, 1995; 41:1403-10

ZENCEY, E. **PIB-Descanse em Paz** (Editorial). Nova York: New York Times. Agosto de 2009.